



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

30 de Maio 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Verbas		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • F. 2. 0 • WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Câmara aumenta verba para educação; Dilma teme despesa

Aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta (28), o Plano Nacional de Educação prevê que o investimento no setor chegue a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020, quase o dobro de hoje. O índice preocupa o governo federal, que tentará minimizar seu gasto adicional na segunda etapa de votação.

O plano, chamado de PNE, traça 20 metas para o setor, da alfabetização à pós-graduação. A mais polêmica delas é a que prevê o aumento de recursos. O plano não diz como as despesas devem ser divididas entre União, Estados e municípios.

Apesar do compromisso de sancionar os 10% do PIB, a presidente Dilma Rousseff está preocupada com a falta de definição de uma nova fonte de recursos para bancar o aumento de verba.

Inicialmente, o governo defendia a fixação de um percentual de 7%, mas foi derrotado durante a tramitação da medida no Congresso.

De acordo com o Ministério da Educação, o investimento público total em educação foi de 6,4% do PIB em 2012. Considerando a estimativa do PIB para este ano, esse percentual equivale a R\$ 338,6 bilhões. Esse valor inclui gastos com previdência dos atuais professores

Com o novo índice do PNE, o montante chegaria a R\$ 529 bilhões, sem incluir a estimativa de aposentadoria. Ou seja, a elevação do investimento em educação acarretaria em um gasto adicional de pelo menos R\$ 191 bilhões, valor maior que todo orçamento atual do MEC.

Os 10% não devem ser alcançados com os royalties do petróleo para a educação, dizem técnicos do governo.

O tema voltará a ser discutidos pela Câmara, que ainda tem que votar trechos polêmicos do plano —na quarta, os deputados votaram apenas um texto-base.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Um dos pontos polêmicos em aberto é o que prevê que a União repasse verbas a Estados e municípios que não alcançarem um valor mínimo por aluno, como parâmetro de qualidade do ensino.

O governo teme impacto nas contas. Com o aval da liderança do governo, o PMDB pediu a retirada desse trecho.

Outros destaques, apresentados por PSB e PDT, defendem que na soma dos 10% do PIB não entrem despesas com programas como Fies e Prouni. Se aprovados, o governo terá que gastar ainda mais para chegar a 10%. "Espero que o Congresso mantenha a redação que incorpora [no cálculo] esses programas", disse Angelo Vanhoni (PT-PR).

Professor da Universidade Federal de Goiás, Nelson Amaral defende 10% sem contar Prouni e Fies. Segundo ele, só dessa forma o país conseguirá, em 20 anos, aplicar o mesmo valor por aluno que países desenvolvidos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Verbas		Página: Online

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO BRASIL - FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE S. PAULO

Professor diz que é exagero investir 10% do PIB em educação sem melhorar gestão

O investimento de 10% do PIB em educação não vai, necessariamente, aumentar a qualidade do ensino no Brasil, afirma Naércio Menezes Filho, professor do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), em São Paulo.

Ele classifica como "exagero" fazer esse gasto, como determina, no horizonte de dez anos, o texto-base do Plano Nacional de Educação aprovado .

"Para fazer isso, haverá necessidade de aumentar a carga tributária, o que ninguém mais deseja. E isso não nos dá nenhuma garantia de que a qualidade do ensino brasileiro vai melhorar", diz o especialista em entrevista. "O que precisa mudar é a gestão."

*

Folha - A questão do investimento dos 10% do PIB em educação é o mais essencial para o plano?

Naércio Menezes Filho - É exagero gastar 10% do PIB na educação. O que precisa mudar é a gestão dos recursos. Sem isso, haverá um gasto maior, com o aumento do bolo, mas que não resultará em melhor qualidade.

Qual é o motivo desses 10% serem tão debatidos?

Existem muitas demandas corporativas nesses casos. Os grupos estão reivindicando recursos para si próprios. O foco tem que ser na gestão. Ela precisa melhorar em todos os níveis: federal, estadual e municipal também.

Existe um exemplo positivo, em relação a uma melhor gestão, que tenha dado frutos práticos?

Existe uma experiência positiva na cidade de Sobral, no Ceará. Em um local com relativa pobreza, a avaliação dos indicadores de ensino em cinco anos, entre 2005 e 2011, melhorou. Isso foi obtido com foco na gestão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os professores e diretores com melhor desempenho foram mais valorizados [em termos econômicos]. Educadores de destaque foram direcionados para a alfabetização, uma parte importante do processo de aprendizagem.

O próprio Estado do Ceará aumentou o repasse do ICMS [imposto recolhido em nível estadual] para cidades que mostraram um desempenho melhor em educação básica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Verbas		Página: Online

EXERCÍCIO DE PORTUGUÊS - 1ª SÉRIE - 2014 - 1º BIMESTRE - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Especialista diz que gastar 10% do PIB em educação 'traz melhorias para todos os níveis'

O aumento do investimento em educação para 10% do PIB, previsto pelo Plano Nacional de Educação, é essencial porque o país precisa melhorar em todos os níveis de ensino: básico, superior e profissionalizante. A opinião é do professor Francisco Cordão, especialista em sociologia da Educação.

À Folha, ele parafraseou a frase do professor Anísio Teixeira, quando, em 1961, foi aprovada a primeira versão da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional).

"Não é uma vitória total, mas é uma vitória", afirma Cordão, citando Teixeira

Para ele, o PNE reflete os debates que vêm sendo travados há anos pelos envolvidos em educação e é o melhor projeto para o setor que o Brasil poderia ter nesse momento.

*

Folha - É factível o gasto de 10% do PIB na educação?

Francisco Cordão - O plano precisa ser visto em conjunto. Os recursos estão atrelados aos avanços que precisam existir em várias áreas da educação.

Como o plano estabelece, precisa haver melhorias na educação básica, na educação superior e na profissionalizante.

A avaliação do plano é positiva, professor?

É um grande avanço. O fato de o plano estabelecer as 20 metas principais, para serem acompanhadas, é muito bom. Claro que poderia até ser menos, mas como esse conjunto de metas é enxuto, e essa foi a estratégia, fica mais fácil fazer o acompanhamento de todas elas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O plano aprovado no Congresso, é importante dizer, reflete o anseio de toda a comunidade que discute o assunto há vários anos. Esse texto em discussão entre os parlamentares é fruto das reflexões feitas no âmbito da Conae [Conferência Nacional de Educação].

Quais os desdobramentos mais imediatos do plano?

É importante que esse plano tenha sido aprovado antes da Copa e das eleições. O ideal é que tivesse sido no ano passado, mas tudo bem. Esse plano direciona para que os debates sobre os planos estaduais e municipais de educação cresçam. É outro avanço.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 30/05/2014
Assunto: TCE		Página: Online



Ressalvas e determinações do TCE nas contas do governo de 2013

A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Contas divulgou nota detalhada sobre as ressalvas, recomendações e determinações na aprovação das contas do governador Raimundo Colombo, relativas ao ano passado. O texto é longo, mas permite identificação das restrições. Veja:

“O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) recomendou, à Assembleia Legislativa (Alesc), a aprovação das Contas do Governo do Estado de 2013 — penúltimo ano da gestão do governador Raimundo Colombo —, nesta quinta-feira (29/5), durante sessão extraordinária do Pleno. Mas, a queda no volume de investimentos na educação e na saúde e a inclusão de despesas com inativos para o cálculo da aplicação mínima constitucional — 25% das receitas de impostos — na manutenção e desenvolvimento do ensino mereceram ressalvas e recomendações no parecer prévio do TCE/SC. A análise do órgão de controle externo e o seu parecer trazem os elementos técnicos necessários para o julgamento da matéria pelo Legislativo.

Aumentar os investimentos em educação e saúde para solução de problemas causados pela falta de manutenção de escolas estaduais, e a carência de pessoal e as longas listas de espera de pacientes para cirurgias em hospitais da rede pública estadual, como tem sido apontado por auditorias e inspeções do Tribunal, está entre as recomendações do parecer aprovado pelo Pleno.

O TCE/SC também recomendou que o Estado adote providências para reduzir o déficit atuarial, montante necessário para a cobertura dos compromissos até a extinção do Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado (Iprev), estimada para 2086. O déficit projetado é de R\$ 172,69 bilhões — R\$ 78,50 bilhões para os benefícios já concedidos e R\$ 94,18 bilhões a conceder — pelo cálculo atuarial realizado em 2013. Somente no ano passado, foi registrado um déficit anual de R\$ 1,97 bilhão. O Fundo pagou R\$ 3,24 bilhões em benefícios previdenciários e a receita totalizou R\$ 1,27 bilhão, no exercício, conforme apontou a área técnica do Órgão de controle externo.

A ocorrência de perda financeira por reenquadramentos considerados inconstitucionais, situação que impede a realização de compensação entre os



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

regimes de previdência, foi objeto de outra ressalva no âmbito do Iprev (Saiba mais 1). O Tribunal vem denegando os registros de aposentadorias decorrentes desses enquadramentos, que foram realizados em 2005 e 2006 com base em leis sob discussão judicial. O entendimento da Instituição é de que a adoção de medidas para resolver a irregularidade, pelo Governo do Estado, contribuiria para amenizar o déficit previdenciário.

O parecer prévio ainda recomenda que seja repassado ao Fundo Previdenciário o valor de R\$ 8,48 milhões, relativo à participação de 5% na receita de royalties do Tesouro do Estado, como determina lei estadual.

A redução dos gastos com publicidade, que atingiram os R\$ 111,80 milhões no ano passado — 36,27 % (R\$ 29,76 milhões) a mais do que o registrado em 2012 —, foi outra recomendação do TCE/SC. O parecer prévio defende que as despesas com as campanhas publicitárias devam guardar razoabilidade e proporcionalidade com as ações de governo objeto da publicidade.

Com base em proposta do relator do processo (PCG-1400183445) de prestação de contas do governo, conselheiro Herneus De Nadal, e nas emendas apresentadas pelo conselheiro Julio Garcia, o parecer prévio traz 18 ressalvas, diante de situações que não estão em conformidade com normas e leis aplicáveis constadas no exame das contas anuais. O parecer apresenta ainda 15 recomendações para que o Executivo estadual adote medidas com o objetivo de corrigir falhas e deficiências constatadas pela área técnica do Tribunal na prestação de contas anual do governo. (Quadros 1 e 2).

O Pleno também determinou a realização de sete ações de controle pela área técnica do TCE/SC. Entre elas, uma auditoria operacional para traçar o panorama detalhado da gestão fiscal do Estado. O endividamento público, o déficit previdenciário, as operações de crédito e eventuais riscos para os próximos exercícios serão os principais pontos da análise. A área técnica também deverá monitorar a adoção de providências pelo Estado para resolver os problemas apurados, nos últimos dois anos, por auditorias do Tribunal em escolas, hospitais e estabelecimentos do sistema socioeducativo (Quadro 3).

Ainda foi aprovada proposta do conselheiro Julio Garcia para que o Tribunal realize inspeção para verificar o cumprimento da Lei 13.633/2005, que alterou a lei que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Social (Fundosocial), no que se refere à destinação de recursos (1%) para ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) de Santa Catarina.

O processo de prestação de contas junto com o parecer prévio, os relatórios do conselheiro Nadal e da área técnica do TCE/SC e a manifestação do Executivo nos autos, deverão ser encaminhados à Alesc até o dia 2 de junho. Os documentos servirão de subsídio para o julgamento político-administrativo das contas anuais pelo Legislativo Estadual, que decidirá, por maioria simples, aprovar ou rejeitar as contas anuais do governo (Saiba Mais 2 e 3).

Educação

O Tribunal de Contas apurou que o Estado aplicou R\$ 3,09 bilhões — 22,86% da receita líquida de impostos e transferências — em manutenção e desenvolvimento



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

do ensino, em 2013. A área técnica do TCE/SC apontou a inclusão de despesas no valor de R\$ 731,16 milhões com inativos da educação para o cálculo do limite mínimo.

O parecer prévio ainda contempla recomendação para que o Estado constitua comissão mista com o objetivo de buscar uma solução para a questão dos gastos com inativos para os próximos exercícios. A proposta foi do conselheiro Julio Garcia.

Em 2013, foram aplicados R\$ 130,41 milhões em despesas com investimentos na educação, concentrados em obras e equipamentos destinados à educação básica. O setor ocupou o 2º lugar (10,42%), considerados os investimentos por função de governo no exercício. Mas houve um retrocesso com relação a 2012, ano em que o TCE/SC apurou um total de investimentos no valor de R\$ 189,03 milhões — 31,01% superior ao registrado em 2013.

Para o conselheiro, a queda nos investimentos, registrada nos últimos quatro anos, se reflete nas deficiências encontradas nas diversas auditorias e inspeções realizadas pelo Tribunal que avaliaram aspectos da estrutura física e da segurança em escolas da rede pública estadual.

Nessa direção, além do aumento dos investimentos na educação, o Tribunal recomenda que o Estado realize um levantamento e estabeleça um cronograma de manutenção periódica na rede pública de ensino. A medida dará efetividade ao plano de ação decorrente de recomendação do parecer prévio das contas do governo/2010, objeto de monitoramento do TCE/SC (PMO-1200063080).

O relator também chamou a atenção para o descumprimento do art. 170 da Constituição Estadual, que determina a aplicação não inferior a 5% do mínimo constitucional (25%) à assistência financeira a estudantes do ensino superior. O Estado aplicou apenas 1,86% da base legal, e a constatação foi objeto de ressalva no parecer prévio. O mesmo aconteceu pela não utilização integral, no exercício, dos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes). O Tribunal apontou que 17,05% — R\$ 8,34 milhões — do valor recolhido ao Fundo deixaram de ser aplicados.

O descumprimento do mínimo constitucional em pesquisa científica e tecnológica foi objeto de outra ressalva, a exemplo de exercícios anteriores. Em 2013, o Estado deixou de aplicar R\$ 34,10 milhões no setor.

O parecer prévio ainda traz três ressalvas quanto à exclusão das receitas relativas ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte (Seitec) — integrado pelos respectivos Fundos Estaduais — da base de cálculo para fins de definição dos valores mínimos a serem aplicados em educação e saúde. Como os valores que compõem os Fundos são provenientes da arrecadação de ICMS, devem ser contabilizados como receita tributária. O relatório técnico do TCE/SC apontou que desde a criação do Seitec, em 2005, deixaram de ser considerados o valor de R\$ 341,59 milhões para a educação e de R\$ 163,96 milhões para a saúde, em função da exclusão das receitas do Seitec.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Pleno aprovou outra ressalva quanto à retenção de recursos destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), no valor de R\$ 23,78 milhões — 57,27% do montante devido às instituições.

Saúde

O Estado aplicou R\$ 1,63 bilhão — 12,02% das receitas de impostos — em ações e serviços de saúde, em 2013, e superou o limite mínimo (12%) constitucional. mas o conselheiro Herneus De Nadal chamou a atenção para a queda dos investimentos no setor e defendeu a necessidade de ampliação dos serviços de média e alta complexidade, de competência da esfera estadual.

Além da elevação dos investimentos a patamares que permitam solucionar a situação "precária" dos hospitais e as longas filas de espera, o parecer prévio do Tribunal recomenda que o Governo do Estado aprimore a gestão da saúde.

De acordo com a área técnica, foram investidos R\$ 77,20 milhões na função saúde, em 2013 — 27,10% a menos do que os R\$ 105,90 milhões registrados em 2012. O valor destinado à ampliação e reforma das unidades hospitalares e à aquisição de equipamentos para atendimento de média e alta complexidade representou 6,17% dos investimentos totais do Estado no exercício — o menor nos últimos cinco anos.

Na opinião do relator, as consequências desse baixo investimento foram demonstradas pelo TCE/SC nas inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, entre os meses de setembro e novembro de 2013 e em abril de 2014. A mudança constante de pessoal, em detrimento do planejamento, o excesso de centralização político-administrativa da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a falta de controle, pela unidade, das longas listas de espera de cada hospital estão entre as principais deficiências identificadas pelos auditores de controle externo do Tribunal.

Na extensa relação de problemas aparecem situações comuns a mais de uma unidade hospitalar. Além das listas de espera de pacientes para cirurgias — 6.185, no Regional de São José e, 5.707, no Celso Ramos, na Capital, por exemplo —, há carência de pessoal, inclusive anestesistas, e faltam leitos, salas cirúrgicas e manutenção preventiva de equipamentos. Os auditores também apontaram situações de controle precário e falta de transparência na divulgação das listas de espera aos interessados, leitos inativos por carência de pessoal e equipamentos, e a necessidade de manutenção e reformas das estruturas físicas de unidades hospitalares.

Nadal registrou que muitos dos pontos arrolados pela área técnica do TCE/SC coincidem com os que constam no relatório final da consultoria Roland Berger Strategy Consultants Ltda., contratada pelo Estado para fazer um diagnóstico e implementar um Plano de Gestão Estratégica da Saúde. O valor pago à empresa até novembro de 2013 é de R\$ 3,95 milhões.

Para verificar os resultados dessa contratação e o andamento da implantação do plano, o Pleno acolheu proposta do relator e determinou a realização de inspeções pela área técnica do Tribunal



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Dívida pública

Segundo a proposta apresentada pelo conselheiro Herneus De Nadal, o objetivo da auditoria operacional sobre o endividamento público é traçar um diagnóstico da gestão fiscal do Estado. A ideia é projetar os efeitos e eventuais riscos que a Administração Estadual poderá enfrentar no futuro, considerados o montante atual da dívida pública, as operações de crédito previstas para os próximos anos — inclusive o valor estimado de mais de R\$ 9 bilhões para financiar as ações do Programa Pacto por Santa Catarina —, o déficit previdenciário projetado, as dívidas dos precatórios judiciais — R\$ 1,86 bilhão, ao final de 2013 — e as demais obrigações do Tesouro do Estado.

"A gestão fiscal do Estado merece atenção redobrada, tanto do Governo Estadual, como desta Corte de Contas", defendeu o conselheiro em seu relatório. Nadal reconheceu que a situação fiscal do Estado melhorou em 2013, em relação a dezembro de 2012, com a operação no valor de US\$ 726,5 milhões — cerca de R\$ 1,5 bilhão — realizada com o Bank of America. O empréstimo permitiu o alongamento da dívida pública estadual, com taxas de juros inferiores, gerando uma economia de R\$ 567,9 milhões com serviço da dívida e, por consequência, a elevação dos investimentos com recursos próprios

Por outro lado, o relator manifestou preocupação com o aumento do endividamento do Estado provocado pelas operações de crédito para o Pacto por Santa Catarina, nos próximos anos

Os reflexos para o Tesouro do Estado decorrente do aumento do déficit previdenciário do Fundo Financeiro administrado pelo Iprev também deverão ter destaque na auditoria operacional. O relator lembrou que o ápice do déficit do Fundo está previsto para meados da década de 2020. "Some-se, ainda, o aumento significativo das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) verificada nos últimos dois anos", alertou o conselheiro

Acompanharam a sessão extraordinária o secretário da Fazenda, Antonio Marcos Gavazzoni, a subprocuradora-geral de Justiça, Walkíria Ruicir Danielski, além de técnicos do Executivo e do Tribunal de Contas."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Creches		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Custos transformam creche em 'luxo' educacional nos EUA

Estudo indica que a mensalidade do berçário já supera a da universidade em 31 dos 50 Estados do país.

A conta da creche veio cedo para o português Nuno Geraldês Freire, morador de Chevy Chase, região elegante da capital americana, Washington.

Por causa da alta demanda, e pela prioridade dada a filhos de funcionários federais, embaixadas e instituições multilaterais, ele teve de - como diz - "inscrever o feto" em listas de esperas de diversas instituições.

Cada uma cobrou entre US\$ 50 e US\$ 150, mesmo sem a garantia de vaga.

Estes gastos foram somente um aperitivo do que Nuno e sua esposa, Hannah, proprietários de um café no centro de Washington, passaram a bancar quando Madalena, hoje com cinco meses de idade, finalmente conseguiu uma vaga.

A mensalidade custa US\$ 2.145 e não inclui sequer as fraldas, se queixa o empresário. "Nem mesmo a fotografia que hoje tiramos da bebê é oferecida. Se quisermos, temos de pagar. A esse preço, eu esperava lagosta e uma garrafa de champanha", ironiza.

"Frequentar a creche está ao preço de uma boa universidade. Talvez num futuro próximo se deva colocar no currículo."

'Tirar a sorte'

A ironia é que isso é exatamente o que indica um levantamento da ONG Child Care Aware of America, segundo o qual mandar os filhos para um berçário ou creche já custa mais que pagar uma universidade pública em 31 dos 50 Estados americanos.

A média varia entre US\$ 4,8 mil por ano (cerca de R\$ 10,6 mil), no Mississippi, e US\$ 16,5 mil (mais de R\$ 36 mil), em Massachusetts, verificou o estudo.

Os valores são altos porque refletem os custos de se operar um serviço fortemente ancorado na mão de obra - que responde por até 80% da sua planilha de gastos - e cheio de regulamentações para garantir a segurança e a qualidade do cuidado das crianças. Para a ONG, não existe "gordura" nos custos das creches, o que indica que o problema não tem solução fácil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em Nova York, o custo médio anual de uma creche, US\$ 15 mil, equivale a mais que o dobro do que os residentes do Estado pagam para estudar em uma universidade pública, indicou a pesquisa.

Por ser uma área exclusivamente urbana, o Distrito de Columbia, onde está Washington, tem médias tão altas que nem entraram na comparação. O valor pago por Nuno e Hannah não foge da norma na capital americana.

"A tendência geral (nos Estados Unidos) para os custos de educação em todas as suas formas é continuar subindo a um ritmo mais rápido do que tanto a inflação quanto o aumento da renda", disse à BBC Brasil a diretora de Políticas da organização, Michelle McCready.

Porém, diferentemente da universidade - uma despesa para a qual os pais se preparam desde a infância dos filhos - os custos com creche pegam muitos de surpresa, ela diz. As alternativas são escassas e contar com os sogros é inviável em um país onde as oportunidades de trabalho em outros Estados implicam a separação das famílias.

"Quando estes serviços ficam fora do alcance dos pais, muitos optam por opções informais, o que é tirar a sorte", avalia McCready.

Babás contratadas informalmente podem acabar sendo "fantásticas", reconhece a especialista. Mas o resultado de cuidados de baixa qualidade pode ser o desperdício de potencial de crianças, justamente em uma idade crucial para o seu desenvolvimento cerebral e emocional.

Desenvolvimento infantil

Estudos do economista James Heckman, Prêmio Nobel da Universidade de Chicago, indicam que dar estímulos nos primeiros oito anos de vida das crianças tem o efeito duradouro de elevar o seu QI até pelo menos os 21 anos de idade.

Por "estímulos", Heckman se refere a "tudo que os pais de classe média já fazem" para oferecer desde cedo incentivos e um ambiente que estimule as habilidades cognitivas dos filhos.

"Pais em desvantagem econômica simplesmente não estão provendo muita informação para os filhos", disse o economista em uma entrevista recente à rede pública PBS.

Heckman emprega o termo "abismo" para se referir a este fenômeno, que não deixa de ser um espelho das disparidades de renda e oportunidades na sociedade americana. E que também se traduz na qualidade dos serviços educacionais que os pais podem prover para os seus filhos.

Os Estados Unidos estão entre os países com custo mais alto de cuidados de primeira infância do mundo: equivalente a 23% da renda familiar de um lar em que os dois pais trabalham, segundo os cálculos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na Irlanda, Reino Unido e Suíça, os custos com o cuidado na primeira infância são ainda mais altos proporcionalmente, mas a média dos países da OCDE é de 11,8%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Departamento de Saúde americano considera preocupante quando essa rubrica supera 10% do orçamento familiar.

Segundo a Child Care Aware of America, a creche come em média 18% do salário de um casal em que ambos trabalham - e mais de 60% dos ganhos de uma mãe solteira.

"Os pais necessitam deixar seus filhos em idade pré-escolar em esquemas que funcionem, e a sociedade precisa de mais pessoas trabalhando para fortalecermos a economia", diz McCready. "Portanto, não é um problema apenas social, mas também econômico."

Baque para as mães

O mais comum é que esse baque econômico tenha efeitos sobre os horizontes profissionais das mães. Um levantamento do instituto Pew Research indicou que 30% das mães americanas que saem da força de trabalho nunca mais voltam, comparado a 23% em 1999.

Para o instituto, a explicação está no alto custo do cuidado infantil.

Mesmo quem se planejou e pode arcar com ele, como a advogada Missy McGoogan, não escapa de fazer uma ginástica logística. Solteira, ela voltou a trabalhar cerca de quatro meses após o nascimento do filho Kiran.

Por uma combinação de fatores, a advogada conseguirá trabalhar de casa a maior parte do tempo e contratou uma babá - cujos valores variam entre US\$ 15 e US\$ 25 por hora nos Estados Unidos - para passar cinco horas por dia cuidando de Kiran.

"Tenho sorte de estar em uma carreira que me permite contratar uma babá", diz Missy. Mesmo assim, ela conta que as primeiras experiências com uma empregada não foram bem sucedidas. "O problema é encontrar alguém em quem você possa confiar."

"Você passa muito tempo pesquisando, procurando e entrevistando candidatas. Muita gente contrata imigrantes ilegais e paga menos, mas as pessoas conscientes pagam salários decentes, plano de saúde e férias. Quem cuida bem do seu filho merece ganhar um salário honesto."

Missy conseguiu solucionar o problema de onde deixar Kiran, mas ainda sente, como outras mulheres, que a menor disponibilidade para o trabalho acabará prejudicando-lhe a carreira.

"As mulheres ainda são vistas pelos empregadores como menos produtivas, porque podem ter de dedicar menos horas ao trabalho", avalia.

A advogada, que trabalhou a vida toda em escritórios privados de advocacia, diz que agora "a perspectiva de uma carreira no serviço público ou em uma organização sem fins lucrativos parece mais atraente".

Brasil



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A educação infantil particular tem seu peso no orçamento das famílias brasileiras, mas não é tão expressivo, explica o professor Naércio Menezes, do Insper, com base em dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE), de 2008.

"Famílias com gastos mensais acima de R\$ 2.743 (equivalente hoje a R\$ 3.617, com a correção da inflação) gastavam em média R\$ 340 (ou R\$ 448) com creches, menos do que gastavam com os ensinos fundamental, médio ou superior", diz o pesquisador.

Para famílias com orçamento inferior a R\$ 1.372 (hoje equivalente a R\$ 1.809) esse gasto era de R\$ 56 (hoje R\$ 73) em média.

Mas, como muitas coisas no país, a média esconde cenários extremos.

De um lado, há um deficit de cerca de 8 milhões de vagas em creches públicas em todo o Brasil.

Do outro, a BBC Brasil encontrou, em bairros nobres de São Paulo, creches particulares que chegam a custar cerca de R\$ 5 mil (cerca de US\$ 2.230) por mês - mais do que a mensalidade de algumas faculdades de primeira linha.

Segundo o Anuário da Educação 2014, da ONG Todos Pela Educação, 44% das crianças de 0 a 3 anos da parcela mais rica da população frequentam creches, contra 16,2% entre as famílias mais pobres.

A meta do Plano Nacional de Educação é atender no mínimo 50% de todas as crianças brasileiras entre 0 a 3 anos até 2016.

Mas, segundo Menezes, isso não é necessariamente algo bom. "Para crianças nessa idade, o mais importante é ter pessoas que interajam com elas. Será que todas as creches, públicas ou privadas, terão atendimento e comida de qualidade? Se não tiverem, talvez seja muito melhor para a criança ficar em casa, sendo cuidada por parentes."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Harvard		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Professores participam de formação com especialistas de Harvard

*Cerca de 120 professores de 22 instituições do país participam do curso.
Parceria com universidades do exterior foi firmada em março deste ano.*

O Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), em Lorena, recebe a visita de cinco especialistas estrangeiros para aplicar um curso de metodologias ativas para cerca de 120 professores de 22 instituições de ensino superior no país. O curso, que aconteceu durante esta semana, termina nesta sexta-feira (30).

Este é o primeiro curso desde quando o consórcio foi firmado, em março deste ano. O consórcio foi criado em parceria com a Laspau - instituto filiado à Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, com o objetivo de aplicar metodologias baseadas em modelos desenvolvidos nas melhores universidades do mundo.

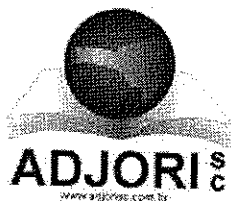
O consórcio é inédito no Brasil e terá duração de três anos. Ele permite a capacitação dos professores por um custo mais baixo - uma formação no exterior custaria em torno de US\$ 7 mil por professor. Com o consórcio, há uma redução de mais de 60% nos gastos. A previsão é que 300 professores sejam formados nesse período.

Segundo o diretor operacional da Unisal, Fábio Reis, a proposta do curso trará grande impacto às instituições e atingirá seus objetivos de qualificar o aprendizado do aluno, além de provocar a reflexão e mudança de postura do professor. Até o fim do consórcio, a metodologia deve ser aplicada em cinco universidades da região, nas cidades de Lorena, Guaratinguetá e Cruzeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Fiesc		Página: Online



Fiesc debate educação com lideranças da Grande Florianópolis

A educação como fator de competitividade para a indústria será tema de um encontro promovido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) com empresários da Grande Florianópolis. A conversa será conduzida pelo presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, na próxima segunda-feira (2), a partir das 8 horas, no auditório do SENAI de São João Batista. A iniciativa integra ações do Movimento A Indústria pela Educação, liderado pela Federação.

A Grande Florianópolis concentra o maior índice de trabalhadores com escolaridade básica completa no Estado (72%), segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Na indústria, apesar deste índice cair para 61%, o desempenho em relação às demais regiões continua sendo um dos mais altos. Santa Catarina precisará formar 77,4 mil profissionais para atender a demanda por vagas industriais entre 2014 e 2015, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para estimular a indústria a investir em ações que promovam a educação no ambiente de trabalho, a Fiesc lançou em 2012 o Movimento A Indústria pela Educação. São mais de 1,5 mil indústrias e apoiadores que já aderiram à causa e estão dispostos a contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do Estado. Entre as ações promovidas pelas indústrias estão a oferta de cursos de educação básica e profissional, de infraestrutura adequada à realização das aulas, acesso às tecnologias da informação e comunicação e reconhecimento de alunos assíduos.

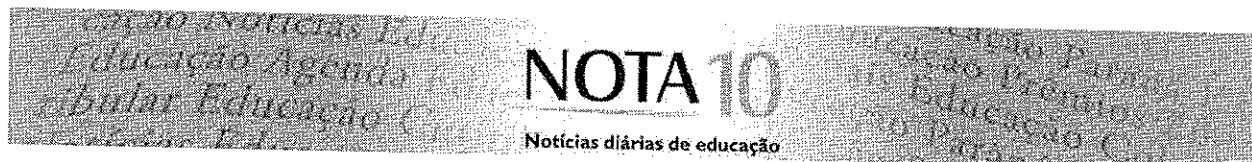
Convênio

No mesmo dia, Côrte ainda cumpre agenda em Brusque para assinatura de convênio com a prefeitura municipal. A parceria pretende ampliar a oferta de cursos da Aprendizagem Industrial do SENAI, entidade da Fiesc, para jovens de 14 a 24 anos, estudantes da rede municipal de ensino. Serão 150 vagas nas formações de mecânica de usinagem, desenho mecânico, eletricidade de manutenção, confecção de moldes e roupas, programação de computador, operação de máquinas têxteis e desenho de produto de moda.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 30/05/2014
Assunto: Bolsa Família		Página: Online



Maioria dos jovens do Bolsa Família cumpriu frequência escolar

Nos meses de fevereiro e março deste ano, 14,7 milhões de crianças e jovens entre 6 e 17 anos, beneficiários do Bolsa Família, cumpriram a frequência escolar mínima exigida pelo programa. Eles representam 96,8 % dos 15,2 milhões de alunos, que foram acompanhados no período. Os dados fazem parte do Sistema Presença, ferramenta do Ministério da Educação para o registro da presença às aulas dos beneficiários do programa.

"O resultado foi positivo, especialmente por ser relativo ao primeiro bimestre. Esse percentual foi o segundo melhor da trajetória histórica, considerando os meses de fevereiro e março, no período de 2008 a 2014", afirmou a assessora de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Juliana Agatte.

Segundo Juliana, os beneficiários do Bolsa Família têm maiores taxas de aprovação e menores índices de abandono, especialmente na região Nordeste. "Esse resultado se deve em grande parte ao empenho das gestões estaduais e municipais nesse acompanhamento das condicionalidades", destacou.

Veja aqui o resultado do acompanhamento em cada município.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2011 apontam que no Ensino Médio, a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família é de 79,9%, enquanto a média nacional é de 75,2%. Já a taxa de abandono é de 7,1% entre os alunos do programa, ante 10,8% da média nacional.

No Ensino Fundamental, a taxa de aprovação dos que recebem o Bolsa Família vem crescendo de forma constante, passando de 80,5% em 2008 para 83,9% em 2011. E a taxa de abandono em 2011 foi de 2,9% para os beneficiários, enquanto a média nacional era de 3,2%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: RIC Mais	Editoria: Educação	Data: 30/05/2013
Assunto: Escola destaque		Página: Online

RIC MAIS

Escola de Xaxim é reconhecida pelo segundo ano consecutivo como referência em Santa Catarina

27/05/2014 - 13:03 - Meio Dia Xanxerê

Pelo segundo ano seguido a escola Gomes Carneiro de Xaxim foi reconhecida como referência em Santa Catarina no prêmio Gestão Escolar. A intenção neste ano é dar suporte para o aprimoramento dos gestores. Como premiação pela conquista, vai ser lançado nos próximos dias, o edital para reforma completa do centro de educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 30/05/2014
Assunto: Consed		Página: 10

A NOTÍCIA

DO RAMO

Secretário de Educação entre 1995 e 1998, durante o governo Paulo Afonso Vieira, o ex-deputado João Matos (PMDB) agora é membro do Conselho Estadual de Educação e passa a integrar o colegiado no qual foram reconduzidos José Roberto Provesi e Maurício Fernandes Pereira. Todos nomeados por Raimundo Colombo.



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Geral

Data: 30/05/2014

Assunto: Reciclagem

Página: 04



CORREIO LAGEANO

Escola é referência em reciclagem

Nas apresentações da Semana Cívica em Lages, a banda da Escola José Augusto Neves Vieira chama a atenção pelos materiais utilizados para fazer música. Cerca de 40 alunos integram a Banda da Reciclagem que, em vez de instrumentos convencionais, a apresentação é com instrumentos feitos a partir de materiais recicláveis.

Latas de tinta, baldes de plástico, galões de produtos de limpeza. Qualquer coisa pode ser transformada em um instrumento musical. A escola tem uma banda marcial que é formada por estudantes com idade entre 14 e 17 anos. A ideia de utilizar material reciclado para fazer música, surgiu há cerca de quatro anos, por iniciativa dos alunos mais novos, que na época não tinham idade para participar da banda principal.

“Eles queriam entrar para a banda da escola, mas além da pouca idade, o número de instrumentos que tínhamos era limitado. Sobravam candidatos para as vagas de que dispúnhamos”, comenta a diretora, Maria Helena Picinini Correia.

Aos poucos, os alunos foram implementando na escola a ideia de uma banda que toca com instrumentos de materiais recicláveis. Os professores foram gostando da ideia e a direção acatou o pedido da molecada. “Vejo as crianças motivadas, principalmente, porque são elas mesmas quem montam seus instrumentos”, conta o instrutor da banda, Geovane Roberto Santos de Liz.

● **INTEGRANTE** | Alessandra Almeida tem 12 anos e há cinco faz parte da Banda da Reciclagem. Foi uma das primeiras integrantes do projeto e é uma das alunas mais antigas a permanecer na banda. Alessandra toca caixa, que ela mesma improvisou transformando uma lata de tinta em instrumento.

“Acho muito legal e divertido. Como a gente faz os nossos instrumentos, nos empenhamos bastante para tocar o melhor possível”, conta.



De latas de tinta a galões de produtos, tudo vira instrumento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Resíduos da merenda são aproveitados

O reaproveitamento dos restos de merenda que alunos deixam nos pratos também faz da escola uma referência. O projeto iniciou há dois meses e, segundo a diretora Maria Helena Picinini Correia, tem apresentado excelentes resultados.

Segundo ela, no início dos trabalhos sobravam em torno de 40 quilos por dia de resíduos da merenda. Em um bimestre de trabalho, as sobras reduziram para menos de dois quilos. "É um trabalho exemplar de conscientização sobre o desperdício de comida, que afeta o comportamento dos alunos até em casa".

Com uma outra parte dos resíduos da merenda, composto por cascas de alimentos e folhas, dentre outros, é feita a compostagem que, mais tarde, é utilizada como adubo para a horta e o jardim da escola.

Todo lixo produzido tem destino específico

Os trabalhos de reciclagem vão muito além. O papel descartado em sala de aula, por exemplo, é picado, fica de molho, vai para a compostagem e também vira adubo. Latínhas e plástico são doados para famílias do bairro que vendem materiais reciclados. "Hoje descartamos basicamente só o papel higiênico. Nossos trabalhos reduziram em 80% o volume de lixo que produzíamos semanalmente".

As ações vão ainda mais longe. Maria Helena conta que os projetos

beneficiam a comunidade local, pois para montar a horta e o jardim da escola, os alunos recolheram pneus que estavam abandonados nas ruas do bairro. "Retiramos do bairro o lixo que poderia causar proliferação de insetos como o mosquito transmissor da dengue e, de quebra, conseguimos montar uma horta e jardim muito bonitos".

A população responde fazendo doações para a escola. As sementes de todos os itens plantados na horta, por exemplo, foram doados pelas

famílias dos alunos. Hoje, a horta é composta por beterraba, alface, tempero verde, tomate e cenoura, tudo doado pela comunidade e cultivado pelos próprios estudantes.

Os alimentos produzidos, que por enquanto são poucos, são doados para os alunos que ajudam a cuidar da horta. "No futuro, veremos usar os produtos para fazer uma feirinha na escola. O dinheiro que arrecadarmos será utilizado em benfeitorias para a própria escola", completa Maria Helena.